

---

# ***Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017  
e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores, Diretores e Conselheiros  
Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC ("Entidade"), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos e pelos efeitos não quantificados dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e de acordo com a Interpretação Técnica Geral 2002 (R1) ("ITG 2002 (R1)"), interpretação que regulamenta a contabilidade das entidades sem finalidade de lucros ("CPC PME").

### **Base para opinião com ressalva**

A Entidade, por não ter finalidade de lucros, obtém parte de suas receitas por meio de recebimento em dinheiro ou em débito automático, totalizando no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 2.408 mil (2016 - R\$ 2.627 mil), registrado contabilmente o qual, não é susceptível a procedimentos suficientes e apropriados de auditoria que nos permitam examinar a totalidade dos valores recebidos. Portanto, as verificações dessas receitas estão restritas aos montantes registrados na contabilidade da Entidade. Consequentemente, não foi praticável determinar a necessidade de efetuar eventuais ajustes às receitas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, para que estejam adequadamente apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (CPC PME).

Conforme descrito na Nota 14 às demonstrações financeiras, a Entidade registrou no ativo circulante em 31 de dezembro de 2017 e no resultado do exercício findo nesta data, o montante de R\$ 392 mil, relativo ao valor justo das ações de companhias listadas em bolsa de valores mobiliários que foram entregues à Entidade à título doação. Todavia, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação às datas das doações de ações recebidas pela Entidade. De acordo com a administração, parte das ações foram recebidas em exercícios anteriores. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentado a maior em montante não quantificado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e pelo uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, bem como emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2018

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads 'Renato Barbosa Postal'.

Renato Barbosa Postal  
Contador CRC 1SP187382/O-0

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

### Balço patrimonial em 31 de dezembro Em reais

<b>Ativo</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>31 de dezembro de 2016</b>
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalente de caixa (nota 4)	803.511	650.900	Fornecedores	65.528	72.775
Caixa Restrito (Nota 4.1)	-	10.397	Obrigações tributárias	11.898	12.547
Aplicações financeiras (nota 5)	671.118	129.403	Salários e encargos sociais (nota 8)	247.626	276.588
Impostos a recuperar	32	32	Projetos a Executar - FUMCAD (nota 16)	-	10.397
Contas a Receber	13.750	31.600			
Adiantamentos	50.501	48.823		325.052	372.307
Despesas antecipadas	5.700	4.051			
	<u>1.544.612</u>	<u>875.206</u>			
Não circulante			Não circulantes		
Depósitos judiciais	30.430	41.102	Receita diferida (nota 9)	2.270.218	2.316.285
Propriedades para investimento (nota 6)	3.039.577	2.877.379	Provisão contingências trabalhistas (nota 10)	-	7.614
Imobilizado (nota 7)	31.661.260	32.223.126	Cheque Caução - Alugueis	59.250	59.250
Intangível	5.323	6.268		2.329.468	2.383.149
	<u>31.666.583</u>	<u>32.229.394</u>	Total do passivo	<u>2.654.520</u>	<u>2.755.456</u>
			Patrimônio líquido (nota 11)		
			Patrimônio social	5.053.579	3.956.235
			Ajuste de avaliação patrimonial	28.573.103	29.311.390
				<u>33.626.682</u>	<u>33.267.625</u>
Total do ativo	<u>36.281.202</u>	<u>36.023.081</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>36.281.202</u>	<u>36.023.081</u>

## Obras Sociais Universitárias e Culturais - OSUC

### Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas operacionais com restrições		
Subvenção de custeio educacional (nota 15)	7.347.017	6.050.880
Subvenção FUMCAD (nota 16)	172.190	3.200
Gratuidade – voluntários (nota 22)	427.308	426.995
	<u>7.946.515</u>	<u>6.481.075</u>
Sem restrições		
Auxílios e doações (nota 12)	4.717.327	4.874.056
Aluguéis de imóveis (nota 13)	259.847	173.412
Ações de companhias abertas recebidas em doação (nota 14)	392.201	-
Receitas diversas	124.163	124.285
	<u>5.493.538</u>	<u>5.171.753</u>
Total receitas operacionais	<u>13.440.053</u>	<u>11.652.828</u>
Custos com programas		
Custos educacionais (nota 18)	(4.820.788)	(4.454.236)
Gratuidade - bolsas de estudos (nota 15)	(7.347.017)	(6.050.880)
Gratuidade – voluntários (nota 22)	(427.308)	(426.995)
Doações – institucionais	-	(20.000)
Total custos com programas	<u>(12.595.115)</u>	<u>(10.952.111)</u>
Resultado bruto	<u>844.938</u>	<u>700.717</u>
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal (nota 19)	(179.532)	(255.364)
Benefícios trabalhistas	(61.514)	(24.263)
Encargos sociais (FGTS e PIS)	(22.810)	(21.118)
Ocupação	-	(40.858)
Despesas gerais (notas 17)	(43.841)	(19.753)
Depreciação	(92.824)	(97.373)
Serviços prestados por terceiros (nota 20)	(287.934)	(213.926)
Contingencias Trabalhistas	-	(325)
Total despesas operacionais, líquidas	<u>(688.456)</u>	<u>(672.980)</u>
Receitas financeiras (nota 21)	242.451	129.011
Despesas financeiras (nota 21)	<u>(39.876)</u>	<u>(13.924)</u>
Receitas financeiras, líquidas (nota 21)	202.575	115.087
Superávit do exercício	<u>359.057</u>	<u>142.824</u>

## Obras Sociais Universitárias e Culturais - OSUC

### Demonstração da mutação do patrimônio líquido.

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>3.075.124</u>	<u>30.049.677</u>		<u>33.124.801</u>
Realização ajuste de avaliação patrimonial	738.287	(738.287)		
Superávit do exercício			142.824	142.824
Transferência para o patrimônio social	<u>142.824</u>		<u>(142.824)</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>3.956.235</u>	<u>29.311.390</u>	-	<u>33.267.625</u>
Realização ajuste de avaliação patrimonial	738.287	(738.287)		
Superávit do exercício			359.057	359.057
Compensação do superávit do exercício	<u>359.057</u>		<u>(359.057)</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>5.053.579</u>	<u>28.573.103</u>	-	<u>33.626.682</u>

## Obras Sociais Universitárias e Culturais - OSUC

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	<u>359.057</u>	<u>142.824</u>
Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa	-	(48.668)
Depreciações e amortizações	664.287	644.847
Provisão contingência trabalhista	(7.614)	(2.694)
Receita diferida	<u>(46.067)</u>	<u>(168.550)</u>
	<u>969.663</u>	<u>567.759</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	17.850	(31.600)
Adiantamentos	(1.678)	(4.412)
Despesas antecipadas	(1.649)	(353)
Impostos a recuperar	-	(32)
Depósitos judiciais	10.672	-
Fornecedores	(7.247)	(2.100)
Salários e encargos sociais	(28.962)	7.795
Obrigações fiscais	(649)	(1.768)
Projetos a Executar - FUMCAD	(10.397)	10.397
Cheque Caução - Alugueis	-	59.249
Caixa Restrito	10.397	(10.397)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u><b>957.999</b></u>	<u><b>594.538</b></u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(149.513)	(14.865)
Aplicações em renda variável	(392.201)	-
Aquisições de imobilizado, intangíveis e propriedades para investimentos	<u>(263.674)</u>	<u>(198.066)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u><b>(805.388)</b></u>	<u><b>(212.931)</b></u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u><b>152.611</b></u>	<u><b>381.608</b></u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	650.900	269.292
No final do exercício	<u>803.511</u>	<u>650.900</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u><b>152.611</b></u>	<u><b>381.608</b></u>



# Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Informações gerais

A Obras Sociais Universitárias e Culturais - OSUC ("OSUC" ou "Entidade") é uma entidade beneficente sem fins lucrativos, fundada em 1962 em São Paulo. Por meio de diferentes ações a Entidade procura incentivar nos jovens, a busca da excelência humana e profissional, bem como a preocupação social e a solidariedade.

A Entidade é mantenedora do CEAP (Centro Educacional e Assistencial Profissionalizante), uma unidade não governamental fundada em 1985, que atua no modelo de escola profissionalizante gratuita, sem fins lucrativos, localizada na região da Pedreira, zona Sul da cidade de São Paulo. A escola oferece cursos profissionalizantes para jovens entre 10 e 18 anos que estejam matriculados no ensino regular do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. A missão do CEAP é criar condições para a formação de cidadãos íntegros capazes de transformar o mundo através de seu trabalho. O CEAP está inserido em uma comunidade da zona sul de São Paulo, no bairro de Pedreira, distrito de Cidade Ademar, com uma população estimada em aproximadamente 268 mil habitantes. Em 2017, a unidade atendeu 780 jovens (619 alunos ativos; 53 alunos desistentes e 108 alunos em projeto de reforço escolar (2016 - 867 jovens) tendo já atendido mais de 6,5 mil alunos desde sua fundação e possui um atendimento voltado a uma população exposta a situações de vulnerabilidade social.

Os recursos gerados pela Entidade para manutenção de seus objetivos sociais são basicamente provenientes das receitas de auxílio e doações de pessoas físicas e jurídicas, rendimentos de aluguéis de imóveis e de aplicações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria da Entidade no dia 06 de junho de 2018, refletindo todos os eventos de conhecimento da administração até a presente data.

#### 1.1 Aspectos fiscais

A Entidade é imune de impostos, de acordo com o art. 150, VI, c) da Constituição Federal.

Considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e coloque-os à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

As instituições imunes estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.
- Aplicar, integralmente, no país seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A Entidade vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A Entidade tem isenção da contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97. A Nota 2.15 c, detalha a renúncia fiscal da Entidade.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

### **2.1 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras da Entidade, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade e Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2013, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído para os bens do ativo imobilizado na data de transição para a ITG 2002.

### **2.2 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, relaciona-se com a determinação do valor recuperável do ativo imobilizado e a avaliação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado.

A Entidade adota o custo atribuído para terrenos e edificações. A cada encerramento de exercício social, a Entidade revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo tendo como referência o valor justo menos os custos necessários para a alienação dos ativos analisados.

As vidas úteis dos imobilizados foram determinadas através de laudos de avaliação realizados por especialistas. Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras. Não há indicativos em 2017 que requeiram a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados da Entidade.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

---

incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, por provisão para perda (*impairment*). Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e determinadas aplicações financeiras.

#### 2.5 Ativos financeiros

##### 2.5.1 Classificação e mensuração

A Entidade classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem os saldos de "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras" e "Contas a receber".

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

##### 2.5.2 Deterioração de ativos financeiros (*impairment*)

A Entidade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

#### 2.6 Aluguéis a receber

Aluguéis a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de locação de imóveis reconhecidos contabilmente por competência.

Aluguéis a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

#### 2.7 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são propriedades e edificações mantidas pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de alugueis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio.

A Entidade é proprietária de 3 imóvel (2016 - 2 imóveis) que são mantidos para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorizações. O imóvel não é ocupado pela Entidade.

As propriedades para investimento são contabilizadas pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

O valor justo dos imóveis utilizados como propriedades para investimento, estimado por profissional especialista e independente, está divulgado na Nota 6.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 2.8 Imobilizado

A Entidade adota a prática do "custo atribuído" (*deemed cost*) desde 1º de janeiro de 2012, conforme opção prevista na Resolução CFC no 1.409/12, e detalhada nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - "Ativo Imobilizado e da ICPC 10".

Além de edificações, que tiveram suas vidas úteis modificadas pelo mesmo laudo técnico elaborado por peritos independentes para avaliação do "custo atribuído", foi elaborado outro laudo técnico para revisão da vida útil dos demais ativos sendo alteradas a partir de outubro de 2014 retroagidos a data base de 1º de janeiro de 2012.

Demais itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	De 20 a 59
Veículos	8
Móveis e utensílios	De 3 a 22
Equipamentos de informática	De 3 a 22
Máquinas e equipamentos	De 3 a 22
Software	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

#### 2.9 Provisão para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

#### 2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.11 Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Entidade.

#### **2.12 Contingências ativas e passivas**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes - são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

#### **2.13 Doações, auxílios e subvenções**

A Entidade recebe doações, auxílios e subvenções (remunerações) que podem ser recebidas na forma de dinheiro, cheques, estoque de produtos, perdão de dívidas, imóveis, terrenos, equipamentos, instalações, móveis, utensílios e de serviços voluntários.

Estas remunerações são classificadas da seguinte forma:

- Doação incondicional - é quando o doador não impõe qualquer condição para que o valor seja utilizado pela Entidade.
- Doação condicional - circunstância em que o doador determina ao recebedor o cumprimento de uma obrigação ou destinação específica.
- Doações para custeio - recebidas por qualquer meio (cheque, dinheiro, depósito em conta corrente etc.). São contabilizadas na rubrica de contas a receber com contrapartida na rubrica de receita de doações.
- Doações recebidas na forma de patrimônio - são os casos de imóveis doados que passam a integrar o patrimônio da Entidade. No reconhecimento inicial, são mensuradas ao valor justo e registrados em conta do ativo imobilizado tendo como contrapartida a rubrica de receita diferida.
- Subsequentemente, à medida em que o bem é depreciado, a receita diferida também é amortizada e reconhecida na demonstração do resultado do exercício no mesmo período de forma a não resultarem em ganho ou perda na demonstração do resultado dos exercícios.

#### **2.14 Demais ativos e passivos circulantes**

Os demais ativos circulante são apresentadas aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### **2.15 Reconhecimento de receitas e despesas**

##### **(a) Subvenção de custeio educacional**

As subvenções de custeio educacional referem-se a bolsas de estudos ofertadas aos alunos pela Entidade; são mensuradas ao valor justo e reconhecidas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de Subvenções de custeio educacional tendo como contrapartida a rubrica de Gratuidade - bolsas de estudos.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016**  
**Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **(b) Gratuidade - trabalho voluntário**

Em cumprimento a Interpretação ITG-2002 aprovada pela Resolução CFC o n 1.409/12, a Entidade mensura e reconhece o trabalho voluntário pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme detalhes discorridos na Nota 15. As receitas correspondentes aos trabalhos voluntários foram reconhecidas na rubrica Gratuidade - trabalho voluntário. As correspondentes despesas foram reconhecidas considerando a sua função. Nesse sentido, os custos atribuídos aos trabalhos voluntários identificados nos exercícios de 2017 e de 2016 foram tratados na rubrica de custos com Gratuidade - trabalho voluntário. Em vista de que o reconhecimento dos valores mensurados a título de receita de trabalhos voluntários, tem o mesmo valor das despesas de trabalhos voluntários, e foram todas apropriadas no resultado de 2017 e 2016, o procedimento não implicou em alteração do superávit daquele exercício.

### **(c) Renúncia fiscal**

A Entidade tem isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 12 da Lei 9.532/97, e imunidade em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras.

Com relação à COFINS, a MP nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das associações sem fins lucrativos.

Com relação às contribuições a cargo da Entidade, destinadas à Seguridade Social (INSS cota empresa), o art. 29 da Lei 12.101 publicada em 27 de novembro de 2009, estabelece a isenção destas contribuições para as entidades beneficentes detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), e desde que preenchidos os requisitos previstos na legislação.

### **(d) Receitas de doações**

As receitas de doações, substancialmente recebidas de doadores que efetuam o pagamento por meio de boletos bancários, são contabilizadas quando recebidas.

As demais receitas são contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios.

### **2.16 Demonstração dos fluxos de caixa**

A administração da Entidade apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer deferimento ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3 Ativos e passivos financeiros

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa (Nota 4)	15.317	3.601
Bancos conta-movimento (Nota 4)	71.382	92.291
Aplicações financeiras (Nota 4)	716.812	555.008
Contas a receber	13.750	-
	<u>817.261</u>	<u>650.900</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	65.528	72.776
	<u>65.528</u>	<u>72.776</u>

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	15.317	3.601
Bancos conta-movimento	71.382	92.291
Aplicações financeiras	716.812	555.008
	<u>803.511</u>	<u>650.900</u>
Caixa restrito (Nota 5.1)	-	10.397
	<u>-</u>	<u>10.397</u>

Os recursos apurados em Certificados de Depósitos Bancários são controlados individualmente por meio de contas bancárias específicas, com remuneração equivalente a aproximadamente 95% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI) (2016 - 95% do CDI).

#### 4.1 Caixa restrito FUMCAD

O Fundo Municipal da Criança e Adolescente (FUMCAD) é um fundo do município de São Paulo com finalidade de apoiar projetos que garantam os direitos da criança e adolescente através de repasses financeiros. Em 30 de novembro de 2016 a Obras Sociais Universitárias e Culturais (OSUC) assinou um termo de convênio com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente (FUMCAD) acordando um repasse total de R\$ 174.211 no prazo de 1 ano. Durante o exercício de 2017, a (OSUC) recebeu o montante de R\$ 160.614 (2016 - R\$ 13.597) (Nota 16) e de rendimento de aplicação bancária R\$1.179, do montante total foram investidos R\$ 172.190 (2016 - R\$ 3.200).

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 5 Aplicações financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Credit Suisse – Cred Priv Sigma FICFI	134.405	122.413
Aplicações em renda Variável (Nota 14)	392.201	-
Outros ativos financeiros	<u>144.512</u>	<u>6.990</u>
	<u><b>671.118</b></u>	<u><b>129.403</b></u>

Referem-se substancialmente a aplicações em fundos multimercado e carteira de ações mantidos junto ao Banco Credit Suisse, Banco Bradesco e Banco Itaú.

Os recursos apurados em Fundos de Investimentos em Cotas são controlados individualmente por meio de contas bancárias específicas, com remuneração equivalente a aproximadamente 98% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI) (2016 - 99% do CDI).

### 6 Propriedades para investimento

	Em 31 de dezembro de 2016	Transferencias	Baixas	Depreciação	Transferencias Depreciação	Em 31 de dezembro de 2017
Terrenos	2.154.551	63.105	-	-	-	2.217.656
Edificações	<u>722.828</u>	<u>176.910</u>	-	<u>(39.219)</u>	<u>(38.599)</u>	<u>821.921</u>
	<u><b>2.877.379</b></u>	<u><b>240.015</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>(39.219)</b></u>	<u><b>(38.599)</b></u>	<u><b>3.039.577</b></u>

  

	Em 31 de dezembro de 2015	Transferencias	Baixas	Depreciação	Transferencias Depreciação	Em 31 de dezembro de 2016
Terrenos	2.026.600	127.951	-	-	-	2.154.551
Edificações	<u>458.235</u>	<u>358.702</u>	-	<u>(94.109)</u>	-	<u>722.828</u>
	<u><b>2.484.835</b></u>	<u><b>486.653</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>(94.109)</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>2.877.379</b></u>

As propriedades para investimento contabilizadas pelo custo atribuído que se encontram arrendadas estão relacionadas a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
1 - Rua Zequinha De Abreu, 404 – São Paulo (SP)	2.453.141	2.468.988
2 - Praça Dr. João Mendes, 62 conj 601 (SP)	392.739	408.391
3- Praça Dr. João Mendes, 62 conj 602 (SP)	<u>193.697</u>	<u>-</u>
	<u><b>3.039.577</b></u>	<u><b>2.877.379</b></u>

As propriedades para investimento, principalmente edifícios de escritórios, são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo, não são ocupadas pela Entidade e são reconhecidas pelo valor de custo. Em 2017 a Entidade transferiu para propriedade para investimento o conj 602 localizado na Praça João Mendes por conta da mudança da Entidade para Rua José Viera Martins, 270, ocorrida no mês de Julho.



## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7 Imobilizado e Intangível

	Em 31 de dezembro de 2016	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Transferências Depreciação	Em 31 de dezembro de 2017
<b>Imobilizado</b>							
Terrenos	14.996.206	-	-	(63.106)	-	-	14.933.100
Edificações	15.879.548	-	-	(36.072)	(366.683)	38.599	15.515.392
Veículos	32.253	-	-	-	(6.121)	-	26.132
Máquinas e equipamentos	200.705	54.370	-	-	(27.194)	-	227.881
Móveis e utensílios	772.075	12.342	-	-	(116.646)	-	667.771
Equipamentos de informática	342.338	54.424	-	-	(105.778)	-	290.984
Obras em andamento	-	140.838	-	(140.838)	-	-	-
	<b>32.223.126</b>	<b>121.136</b>	<b>-</b>	<b>(240.016)</b>	<b>(622.423)</b>	<b>38.599</b>	<b>31.661.260</b>
<b>Intangível</b>							
Softwares	6.268	1.699	-	-	(2.644)	-	5.323
	<b>6.268</b>	<b>1.699</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.644)</b>	<b>-</b>	<b>5.323</b>
	Em 31 de dezembro de 2015	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Transferências Depreciação	Em 31 de dezembro de 2016
<b>Imobilizado</b>							
Terrenos	15.124.157	-	-	(127.951)	-	-	14.996.206
Edificações	16.427.695	120.781	-	(358.702)	(310.226)	-	15.879.548
Veículos	12.362	21.679	-	-	(1.788)	-	32.253
Máquinas e equipamentos	179.455	43.797	-	-	(22.547)	-	200.705
Móveis e utensílios	806.418	79.018	-	-	(113.361)	-	772.075
Equipamentos de informática	407.145	35.861	-	-	(100.668)	-	342.338
Obras em andamento	107.258	13.523	-	(120.781)	-	-	-
	<b>33.064.490</b>	<b>314.659</b>	<b>-</b>	<b>(607.434)</b>	<b>(548.589)</b>	<b>-</b>	<b>32.223.126</b>

### Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Com base na adoção da Resolução nº 1.409/12, a Entidade adotou em 1º de janeiro de 2012, o valor justo como custo atribuído e revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado, por meio de laudo de avaliação emitido por especialistas. Tanto o terreno quanto o edifício (aproximadamente 9.800 m<sup>2</sup>) referem-se a sede da Entidade localizado na Rua José Vieira Martins.

### 8 Salários e encargos sociais

	2017	2016
Provisão de férias	200.617	228.768
INSS a recolher	16.396	19.949
FGTS a recolher	25.220	20.174
Contribuição sindical a recolher	20	40
PIS sobre folha de pagamento a recolher	3.286	2.576
Outras obrigações	2.087	5.081
	<b>247.626</b>	<b>276.588</b>

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 9 Receita diferida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rua Zequinha de Abreu, 404 – São Paulo/SP (Nota 6)*	2.516.528	2.516.528
( - ) Amortização acumulada	(335.538)	(251.653)
Doações Bens Imobilizado**	<u>89.228</u>	<u>51.410</u>
	<u><b>2.270.218</b></u>	<u><b>2.316.285</b></u>

\*Trata-se de imóvel que foi recebido a título de doação em dezembro de 2013 e que se encontra arrendado. O reconhecimento da receita está sendo efetuado em consonância com a depreciação do bem, registrado pelo custo atribuído avaliado ao valor de mercado por peritos profissionais e independentes, com vida útil remanescente de 30 anos.

\*\*Em 2016 a Entidade recebeu doações de Bens Imobilizados, Notebooks e Veículo. O reconhecimento da receita esta sendo efetuado em consonância com a depreciação do bem, registrado pelo custo atribuído e avaliado a valor de mercado pela administração local. Em 2017 a Entidade recebeu doações de 65 monitores da Dell no valor total de R\$ 48.100.

### 10 Processos judiciais

A Entidade reconhece a provisão para processos judiciais quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 2017 foi efetuado a liquidação do processo no valor de R\$ 8.679 referente à ação trabalhista de uma ex-funcionária.

#### (a) Processos de perda possível, não provisionado.

##### (i) Processo de indenização

Em fevereiro de 1996, ocorreu um acidente de carro envolvendo um professor e um aluno do CEAP, ocasionado no falecimento de um aluno. Apesar de o evento ter ocorrido fora das instalações da escola e fora do horário de aula, sem qualquer vínculo com o CEAP, foi movida ação civil em 1999 contra a OSUC pleiteando o ressarcimento dos gastos com o funeral e danos morais na importância de 1.000 salários mínimos, atualizados monetariamente e adicionados aos custos de honorários advocatícios que, atualizados a 31 de dezembro de 2017, correspondem a um valor total estimado de R\$ 1.051.127.

O processo teve o status de negado seguimento ao Agravo em Recurso Especial em 14 de dezembro de 2016, reconhecendo a competência da Justiça do trabalho para o julgamento dos recursos após a Emenda Constitucional 45/2004. Após esta decisão, o processo foi remetido para a 59ª Vara do Trabalho, em São Paulo onde esteve arquivado desde 16 de setembro de 2009.

Situação atual: Após o STJ ter decidido que a competência para julgar o caso é do juízo cível, aguarda-se a remessa dos autos para o Tribunal de Justiça de São Paulo.  
Conflito de competência n. 149496 / SP (2016/0283603-5).

Probabilidade de perda: Tendo em vista que o STJ reconheceu a competência do Tribunal de Justiça de São Paulo e que resta pendente a apreciação do recurso de apelação da OSUC, a probabilidade de perda foi considerada como possível.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 11 Patrimônio líquido

O patrimônio social é composto pelos superávits e déficits dos exercícios aprovados pela Assembleia Geral.

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores referentes ao custo atribuído do imobilizado e dos superávits acumulados. O superávit acumulado será destinado à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e manter a continuidade da Entidade.

### 12 Auxílios e Doações

A Entidade recebeu doações no montante de R\$ 4.717.327(2016 - R\$ 4.874.066), de diversas pessoas físicas e jurídicas, as quais foram contabilizadas em receitas de doações.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valores em Debito automático, depósitos e boletos	4.504.316	4.496.833
Valores em Dinheiro	95.360	173.120
Reconhecimento receita diferida	94.166	204.113
Reconhecimento receita em produtos	23.485	
	<u>4.717.327</u>	<u>4.874.066</u>

### 13 Aluguéis de Imóveis

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cardoso de Almeida (Zequinha)	184.847	151.240
João Mendes	75.000	22.172
	<u>259.847</u>	<u>173.412</u>

A entidade possui dois imóveis localizados na Rua Zequinha de Abreu, 404 São Paulo e Praça Dr. João Mendes, 62 Conj 601 e 602 os quais estão alugados. A receita é reconhecida mensalmente de acordo com o período de competência.

### 14 Ações Adquiridas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ações BRF (Perdigão)	27.670	-
Ações Telefônica	1.078	-
Ações Bradesco	363.453	-
	<u>392.201</u>	<u>-</u>

Em Março de 2017, através de minuciosa análise dos extratos bancários, se descobriu a existência das ações acima informadas. Os extratos indicavam pequenos rendimentos declarados como juros s/ações.

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016**  
**Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **15 Subvenção de custeio educacional (Concessão de gratuidades)**

De acordo com a Lei no 12.101/2009, art. 13, §7, para fazer jus à certificação de entidade beneficente, as entidades de educação que prestam serviços integralmente gratuitos deverão garantir a observância da proporção de, no mínimo, 1 (um) aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário-mínimo e meio para cada 5 (cinco) alunos matriculados. As informações apresentadas são suportadas pelo departamento financeiro da Entidade e serão objeto de análise pelo Ministério da Educação na renovação da certificação da Entidade, conforme os requisitos previstos na mencionada lei e no Decreto no 7.237 de 2010.

A inscrição dos candidatos será feita por meio do preenchimento do formulário de solicitação de gratuidade e de sua entrega no prazo do edital, acompanhada dos documentos comprobatórios.

Para definição do tipo da bolsa de estudos será considerado as exigências da Lei N.º 12.101/2009, art. 13, § 7º, onde a bolsa de estudo filantrópica será concedida a aluno cuja renda familiar per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo e a bolsa de estudo não filantrópica será concedida a aluno cuja renda familiar per capita exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo, sendo que o patrimônio declarado deve ser compatível com esses rendimentos.

A comprovação da renda do grupo familiar e das demais informações necessárias à análise sócio econômica será feita por meio de documentos e deverá ser entregue pelo candidato ou responsável legal em local e prazos previstos.

Entende-se por grupo familiar e por renda do grupo familiar o que disciplina a legislação para as entidades certificadas como Entidade beneficente de assistência social.

A Entidade presta serviço de educação básica integralmente gratuito, e os valores contabilizados como bolsa de estudos foram apurados de acordo com os valores de mercado da região e compatível com o nível de ensino ofertado.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### (a) Demonstrativo das bolsas de estudo/gratuidades

#### (i) Exercício de 2017

	<b>Número de beneficiados</b>	<b>Percentual de beneficiados</b>	<b>Total de bolsas</b>
Cursos de educação básica	105	17%	1.264.950
Cursos técnicos	23	4%	369.178
Acima de um salário mínimo e meio	128	21%	1.634.128
Cursos de educação básica	162	26%	1.871.189
Cursos técnicos	329	53%	3.841.700
Até um salário mínimo e meio	491	79%	5.712.889
Total das gratuidades	<b>619</b>	<b>100%</b>	<b>7.347.017</b>
	<b>Número de beneficiados</b>	<b>Percentual de beneficiados</b>	<b>Total de bolsas</b>
Auxiliar de informática	70	11%	817.064
Eletricidade industrial	68	11%	809.568
Eletricidade residencial	68	11%	781.458
Informática aplicada	60	10%	724.301
Cursos de educação básica	266	43%	3.132.391
Técnico em administração	116	19%	1.382.075
Técnico em informática	124	20%	1.452.350
Técnico em redes de computadores	113	18%	1.380.201
Cursos técnicos	353	57%	4.214.626
Total das gratuidades	<b>619</b>	<b>100%</b>	<b>7.347.017</b>

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### (ii) Exercício de 2016

	<b>Número de beneficiados</b>	<b>Percentual de beneficiados</b>	<b>Total de bolsas</b>
Cursos de educação básica	117	13%	816.555
Cursos técnicos	171	20%	1.193.426
Acima de um salário mínimo e meio	288	33%	2.009.981
Cursos de educação básica	167	19%	1.165.510
Cursos técnicos	412	48%	2.875.389
Até um salário mínimo e meio	579	67%	4.040.899
Total das gratuidades	<b>867</b>	<b>100%</b>	<b>6.050.880</b>

  

	<b>Número de beneficiados</b>	<b>Percentual de beneficiados</b>	<b>Total de bolsas</b>
Auxiliar de informática	68	8%	770.880
Eletricidade industrial	72	8%	665.280
Eletricidade residencial	72	8%	760.320
Informática aplicada	72	8%	749.760
Cursos de educação básica	284	32%	2.946.240
Técnico em administração	198	23%	1.013.760
Técnico em informática	196	23%	1.013.760
Técnico em redes de computadores	189	22%	1.077.120
Cursos técnicos	583	68%	3.104.640
Total das gratuidades	<b>867</b>	<b>100%</b>	<b>6.050.880</b>

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 16 Projetos a executar -FUMCAD

O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) tem como objetivo financiar projetos que garantam os direitos da criança e do adolescente. Foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8069/90 no seu artigo 260 alterado pela Lei 12.594/2012 no seu artigo 87 e é vinculado deliberativamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Na Cidade de São Paulo o CMDCA foi criado pela Lei 11.123/91 e o FUMCAD pela Lei 11.247/92 e regulamentada pelo Decreto 43.135/03.

Para a contabilização, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

	Saldos em 31/12/2016	Valores recebidos repases	Consumo	Saldos em 31/12/2017
FUMCAD	10.397	161.793	(172.190)	-
Total		<b>161.793</b>	<b>(172.190)</b>	-

### 17 Despesas Gerais

	2017	2016
Despesa com prefeitura de SP	14.940	-
Outras despesas com Veiculos	6.380	-
Estacionamento	5.986	336
Combustiveis e Lubrificantes	5.819	158
Cartorio	4.888	3.978
Lanches e Refeições	2.337	1.356
Outras Despesas Administrativas	1.686	50
Condução	1.311	622
Correios e Malotes	227	777
Xerox	187	131
Contribuição Sindical	80	20
Assinatura de Jornais/Revistas/Periodicos	-	170
Material de Escritorio	-	4.421
Telefone, Fax, Internet	-	5.678
Copa e Cozinha	-	73
Bens Duraveis de Pequeno valor	-	70
Itbi	-	488
Iptu	-	1.425
	<b>43.841</b>	<b>19.753</b>

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 18 Custos educacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com pessoal	2.224.484	2.149.901
Benefícios trabalhistas	423.252	509.168
Encargos sociais (FGTS e PIS)	248.167	185.416
Serviços prestados por terceiros	727.444	467.046
Viagens	829	1.691
Ocupação	239.870	268.688
Despesas com veículos	-	18.133
Despesas gerais	214.360	225.226
Divulgações	54.968	14.754
Despesas tributárias	2.317	1.522
Despesas filantropia	80.857	30.928
Outros custos	32.776	34.290
Depreciação	571.463	547.473
	<u><b>4.820.788</b></u>	<u><b>4.454.236</b></u>

### 19 Despesas com pessoal operacional

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e ordenados	76.996	196.154
Adicionais e horas extras	9.760	1.184
Férias	47.700	28.595
13º Salário	6.715	18.231
Aviso prévio e indenizações	29.416	199
Autônomos	8.945	11.001
	<u><b>179.532</b></u>	<u><b>255.364</b></u>

### 20 Serviços prestados por terceiros

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contabilidade	91.762	50.049
Jurídico	64.353	25.633
Auditoria	53.169	27.000
Consultoria	52.569	87.205
Entregas	26.081	3.263
Informática	-	11.317
Serviços técnicos	-	8.969
Serviços gráficos	-	457
Transporte	-	33
	<u><b>287.934</b></u>	<u><b>213.926</b></u>



## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 21 Receitas financeiras, líquidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(37.346)	(13.566)
Juros e multas passivas	(2.337)	(358)
IOF	(169)	-
Outras despesas financeiras	(24)	-
	<u>(39.876)</u>	<u>(13.924)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros ativos	4.922	-
Rendimentos de aplicações financeiras	54.776	105.314
Descontos financeiros	218	398
Dividendos recebidos de ações	1.534	-
Juros sobre capital próprio	150.833	-
Outras receitas financeiras	30.168	23.299
	<u>242.451</u>	<u>129.011</u>
	<u><b>202.575</b></u>	<u><b>115.087</b></u>

### 22 Gratuidade - voluntários

Conforme estabelece o parágrafo 19 da ITG 2002, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Nos exercícios de 2017 e de 2016, foram apurados pela administração o recebimento dos seguintes serviços prestados a Entidade:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Diretor Estatutário	27.239	39.506
Aulas e Palestras	27.239	23.400
Outras atividades educacionais e culturais	372.830	364.089
	<u><b>427.308</b></u>	<u><b>426.995</b></u>

A Entidade reconheceu nas demonstrações do resultado do exercício de 2017 e de 2016 na rubrica de Receitas de Gratuidades - Voluntários, com contrapartida em Custos Gratuidades - Voluntários. O valor justo atribuído foi determinado com base em valores de remuneração de mercado para profissionais que atuam funções similares e no montante em que a Entidade estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

### 23 Remuneração do pessoal-chave da administração

A Entidade não remunera e nem distribui resultados, a qualquer título, aos seus dirigentes, associados ou conselheiros.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 24 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente ao período de 10 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, certificado pela Portaria no 255/2010, da Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação.

A renovação para o período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, foi protocolada em 24 de julho de 2012 e está em análise no Ministério da Educação através do Processo no 23000.010433/2012-11. Em 22/12/2015, foi protocolado um novo processo de renovação junto ao Ministério da Educação para o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

#### 25 Cobertura de seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, para responsabilidade civil geral e patrimonial:

<b>Riscos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Incêndio/raio/explosão	13.300.000	17.864.516
Roubo e/ou furto	90.000	106.000
Vendaval/furacão/ciclone	225.000	300.000
Equipamentos eletrônicos	170.000	170.000
Equipamentos estacionários	200.000	200.000
Responsabilidade civil - empregador	500.000	1.000.000
Danos elétricos	250.000	200.000
Equipamentos cinematográficos	32.000	32.000
Responsabilidade civil - operações	500.000	1.000.000
Queda de Aeronaves	100.000	-
Impacto de Veículo	200.000	-
Perda pagto aluguel básica	60.000	-

#### 26 Partes relacionadas

A entidade é administrada por 5 diretores incluindo o Sr. Roberto Ueda (Tesoureiro) que é também vice diretor-presidente da Associação Pro Educação uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos que visa expandir e auxiliar o acesso a educação de alta qualidade no Brasil, nos níveis de Educação Infantil, Fundamental, Médio e Superior. A organização também incentiva a inclusão social, formando seres humanos bem formados do ponto de vista intelectual, moral e físico, contribuindo para o desenvolvimento do País segundo princípios éticos, de excelência e de justiça.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Compras de serviços de treinamento

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Compras de serviços		
Entidade controlada pelo pessoal-chave da administração	60.000	-
	<b>60.000</b>	<b>-</b>